

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO NO MARANHÃO: um balanço dos resultados das pesquisas realizadas

Nome: Valéria Ferreira Santos de Almada Lima (Coordenadora)

Titulação: Doutora em Políticas Públicas-UFMA

Instituição: Universidade Federal do Maranhão - UFMA

E-mail: valeria.almada@ufma.br.

Nome: Salviana de Maria Pastor Santos Sousa

Titulação: Doutora em Políticas Públicas-UFMA

Instituição: Universidade Federal do Maranhão - UFMA

E-mail: sousa.salviana@ufma.br

Nome: Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira

Titulação: Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas - SP

Instituição: Universidade Federal do Maranhão - UFMA

E-mail: eunice.maria@ufma.br

### EMENTA:

Esta mesa temática coordenada submetida à XI JOINPP apresenta resultados do Projeto Observatório Social e do Trabalho no Maranhão, desenvolvido no âmbito do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP), articulado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O Observatório Social e do Trabalho objetiva promover a coordenação, a articulação e a divulgação dos estudos e pesquisas que configuram os seus dois eixos temáticos, Pobreza e Trabalho, tendo em vista subsidiar e capacitar sujeitos sociais para se apropriarem de informações necessárias aos processos de tomada de decisão e ao exercício do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



controle social de Políticas Públicas. O trabalho está estruturado em três itens: o primeiro apresenta a concepção e a dinâmica de funcionamento do Observatório Social e do Trabalho enquanto mecanismo de democratização e controle social das políticas públicas; o segundo e o terceiro desenvolvem um balanço dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito dos eixos temáticos da Pobreza e do Trabalho, respectivamente, os quais são sistematicamente publicados nos Boletins Periódicos do Observatório Social e do Trabalho.

## PROMOÇÃO



## APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## SOBRE OS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS COMO INSTRUMENTOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa<sup>1</sup>

### RESUMO

Parte da Mesa Temática Coordenada intitulada Observatório Social e do Trabalho no Maranhão: um balanço dos resultados das pesquisas realizadas a ser apresentada na XI Jornada internacional de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o presente texto tem arrimo em análises bibliográfica, documental e empírica desenvolvidas com a participação da autora no Projeto Observatório Social e do Trabalho no Maranhão, no âmbito do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP), articulado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA). Referenciado nos conceitos de democracia, pobreza e trabalho, tem como escopo pensar sobre a contribuição dos observatórios sociais como instrumentos de democratização do espaço público, em contextos marcados pelo alargamento de movimentos antidemocráticos e de teorias e senso comum ultraconservador que colocam em questão certezas históricas como a democracia representativa.

**Palavras-chave:** democracia, pobreza, trabalho

### ABSTRACT

Part of the Coordinated Thematic Table entitled Observatório Social e do Trabalho no Maranhão: a balance of the results of the research carried out to be presented at the XI International Journey of Public Policies of the Federal University of Maranhão (UFMA), this text is supported by bibliographical and documental analysis and empirical work developed with the author's participation in the Social and Labor Observatory Project in Maranhão, within the scope of the Group for the Assessment and Study of Poverty and Policies Directed to Poverty (GAEPP), linked to the Graduate Program in Public Policies (PPGPP /UFMA). Referenced in the concepts of democracy, poverty and work, its scope is to think about the contribution of social observatories as instruments for the democratization of public space, in contexts marked by the expansion of anti-democratic movements and theories and ultraconservative common sense that call into question historical certainties such as representative democracy;

**Keywords:** democracy, poverty, work

<sup>1</sup> Assistente Social. Doutora em Políticas Públicas, professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão e membro do GAEPP (Grupo de Estudo e Avaliação da Pobreza e das Políticas Direcionadas à Pobreza). E-mail: Sousa.salviana@ufma.br

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 1 INTRODUÇÃO

O presente texto constitui-se na primeira parte da Mesa Temática Coordenada apresentada à XI Jornada Internacional de Políticas Públicas e denominada **“Observatório Social e do Trabalho no Maranhão: um balanço dos resultados das pesquisas realizadas”**. A Mesa decorre de estudos realizados no contexto do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP), articulado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

A apresentação dos resultados desse conjunto de trabalhos desenvolvidos pelo Gaep, tem como suporte teórico-metodológico a reflexão sobre a relevância de instituições criadas nas democracias modernas representativas destinadas à ampliação do espaço público no seu sentido republicano. Seu fundamento, assim sendo, são o exercício transparente do ato de governar e a livre formação da opinião de modo a haver controle social sobre o poder instituído.

De fato, o ato de governar deve realizar-se, nessas democracias modernas, abalizado em duas pressuposições centrais. A primeira é que políticas financiadas com recursos do Fundo Público e fundamentadas em normas legais, são retornos dos governos a demandas explícitas ou situações que afetam a vida das populações. Nesse sentido, a coisa pública<sup>2</sup> ou "coisa do povo", expressão que está na genealogia da palavra república, é contraposta à propriedade privada, demarcada, portanto, pela determinação de sujeitos coletivos em criarem e utilizarem mecanismos de participação e controle da atuação governamental.

A segunda pressuposição do ato de governar é a possibilidade de haver participação da sociedade e controle sobre a gestão pública, portanto, o outro lado da moeda constituinte da intervenção dos governos sobre a vida coletiva. Refere-se ao processo de responsabilizar (tornar-se accountable<sup>3</sup>), ou impedir a arbitrariedade

<sup>2</sup> Um estudo relevante sobre a produção da coisa pública no Maranhão, pode ser encontrado em Palhano (2017)

<sup>3</sup> A expressão é de Avritzer (2003).

PROMOÇÃO



APOIO



e a ineficiência nos palcos decisórios o que arrosta, ao mesmo tempo, a requisição da prestação de contas e a fiscalização da ação governamental.

Do ponto de vista histórico, há uma série de construtos históricos que se foram criando nas sociedades para viabilizar essa relação virtuosa no ato de governar entre os dirigidos e os que são escolhidos para dirigir, portanto, se encontram em uma relação de interioridade no que concerne ao espaço de governo<sup>4</sup>.

Há um amplo e variado conjunto de instituições construídas para viabilizar o processo de participação e controle social e disponíveis em países que se situam nas balizas das denominadas democracias representativas. Entre elas, destacam-se desde audiências públicas, conferências, conselhos, ouvidorias públicas, orçamento participativo, ouvidorias, portais do Governo, até as novas tecnologias de informação e comunicação e os sistemas de inteligência artificial que, apoiados em dados digitais, possibilitam que máquinas substituam pessoas na tomada de decisões.

Nesse contexto, os Observatórios Sociais têm se destacado ao permitir o estabelecimento de diálogo entre universidades, instituições governamentais e organizações da sociedade sobre diferentes temas que conformam a questão social.

Com suporte na construção de alternativas de captura, de organização e de transmissão de dados coletados, os Observatórios, em geral, historicam, acompanham e explicam dados, produzem códigos estatísticos, geram metodologias para compilar, qualificar e categorizar dados, estabelecer vinculações entre sujeitos sociais que laboram em áreas similares, bem como monitoram e analisam tendências. Portanto, ao fazer o monitoramento sistemático sobre o funcionamento ou desempenho de um setor ou tema específico, são entendidos como mecanismos de recuperação da história, da expressão da racionalidade

<sup>4</sup> Conferir Sousa (2021)

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



decisória das formas de gestão, participação e do controle social definidores de uma época.

Para viabilizar a apresentação e a reflexão sobre os resultados do trabalho desenvolvidos pelo Observatório Social e do Trabalho, o presente texto está dividido em duas partes, além dessa introdução e da conclusão. A primeira consta de uma discussão sobre o significado dos espaços edificados para viabilizar a participação e o controle social nas democracias modernas. A segunda aborda a particularidade do Observatório Social e do Trabalho no contexto do Gaepp-Ufma, sua configuração, dificuldades e perspectivas.

## 2 SOBRE CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS DEMOCRACIAS MODERNAS.

Autores contratualistas atestam que a configuração sócio histórica que originou o Estado Moderno é resultado de um acordo em que indivíduos abdicaram livremente da sua soberania em troca da instituição e garantia de direitos naturais, como o direito à vida, à liberdade e à propriedade, esta entendida como instituição já adequada em estado de natureza uma vez que fruto do trabalho humano.

Essa ideia moral do potencial de resistência do indivíduo é fundante na teoria lockiana (LOCKE, 1978), que define o contrato social como alicerce político-ideológico das democracias contemporâneas. Nela, está posto que, na medida em que as sociedades encontram o seu fundamento no consentimento do povo, tornam-se ilegítimas quaisquer alterações desse princípio e, sendo todos, potencialmente, titulares de uma função pública, a subversão dos fins para os quais foi criado, ofende a lei natural. Nesse contexto, governantes devem salvaguardar os princípios que lhe deram sustentação e os governados podem instaurar processos de rebelião e até desalojar governantes, o que se constitui uma forma de controle da sociedade sobre o Estado.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Autores que se filiam à matriz crítico-dialética de raiz marxiana, por outro lado, entendem que nas sociedades de classe, particularmente, naquelas situadas nas balizas do capitalismo, o capital, mais do que controlar o ambiente externo, fez com que o homem controle a si mesmo. Como lembra Miranda (2016), é isso que nos transforma em empreendedores, não mais de coisas apenas, mas fundamental e abertamente, de nós mesmos. Não tão-somente domados pelas mercadorias, mas nós mesmo, uma mercadoria que produzida, nela investimos e fazemos circular, para ser consumida.

Nesse sentido, para Santos (2002), embora floresçam, ao redor do planeta, experiências institucionalizadas, ou não, relacionadas à construção de formas de democracia participativa, a globalização hegemônica “tem devorado, não só as promessas da liberdade, da igualdade, da não discriminação e da racionalidade, como a própria ideia de luta por elas”, uma vez que a “desordem automática dos mercados financeiros é a metáfora de uma forma de regulação que não precisa da ideia de emancipação para se sustentar e legitimar” (SANTOS, 2002, p.17).

Para Mészáros, o capital é irreformável e não pode compartilhar poder com quem pretende transcendê-lo. A tese da incontrollabilidade do capital defendida por esse autor, porém, não nega o lugar da política, através da qual se possa efetivar uma ação humana consciente que se contraponha à base de relação de troca que caracteriza o capitalismo.

Chauí (2008), filiada à matriz histórico-dialética, também reserva um lugar importante à ação política. Ao dialogar com a perspectiva liberal, exora que o entendimento de controle da sociedade sobre a aplicação e a gestão do Fundo Público é parte da noção de democracia no seu sentido normativo. Trata-se de uma ruptura com fulcro na possibilidade que os “desiguais conquistam a igualdade, entrando no espaço político para reivindicar a participação nos direitos existentes e, sobretudo, para criar novos direitos”. (CHAUÍ, 2008, p. 68).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Nesse mesmo campo, Giovanni (2017) reflete que, com a ampliação do espaço público e das novas tecnologias de informação, da comunicação, é possível que diferentes organizações sociais e indivíduos possam dispor de subsídios sobre temas variados e organizados por institutos especializados, internacionais, nacionais e estaduais. Lembra que, no caso brasileiro, há normas que defendem a transparência, mesmo em contextos de fortes tensionamentos, contradições e inibição de uma participação real. Nesse sentido, processos de controle da sociedade sobre a aplicação e gestão do Fundo Público podem se materializar, na medida em que governantes e sociedade conseguem dominar saberes sociais específicos e contam com mecanismos institucionais que podem ser utilizados no campo da intervenção.

Por outro lado, é importante levar em conta as crises desencadeadas desde o final do século XX e ainda em vigência no século atual que combinadas com o crescimento de movimentos antidemocráticos e de alargamento de teorias e senso comum ultraconservador, colocam em questão certezas históricas como a democracia representativa com o controle social sobre os governantes e a possibilidade de construção da democracia substantiva, a partir da luta pela emancipação social.

É nesse sentido que Santos (2002) alerta para o crescimento sistemático do que denomina “fascismo societal” que é revelado em díspares dimensões da experiência humana:

- o “fascismo do apartheid social”, com a criminalização ampliada da pobreza, das lutas sociais no espaço urbano das cidades e contraposição das classes médias às conquistas de direitos por parte dos mais pobres, até a defesa e prática do punitivismo contra trabalhadores pobres em geral, particularmente, moradores de periferias, trabalhadores sem acesso à terra, desabrigados e desempregados;

PROMOÇÃO



APOIO





- o “fascismo paraestatal”, quando prerrogativas do Estado são usurpadas por agrupamentos capazes de neutralizar e até suplementar o poder estatal;
- o “fascismo populista”, abalizado na promoção de um conceito de democratização estruturado na ideia do consumo e em estilos de vida inalcançáveis à maioria;
- o “fascismo da insegurança”, estruturado mediante a manipulação da insegurança de grupos e pessoas que vivenciam a precarização do trabalho ou sobrevivem à acidentes variados, induzindo-os a aceitar grandes sacrifícios com pequenos retornos;
- o “fascismo financeiro”, o mais virulento e o mais refratário ao controle democrático, capaz de disseminar para a exclusão países pobres inteiros.

Essa ideia de crescimento do fascismo societal em Santos (2002) coincide com o entendimento de Rancière (2014) sobre a crise da civilização que afeta a sociedade e o Estado através dela, movimento sistemático que se vem adensando ao redor do planeta, não particularmente contra a democracia<sup>5</sup> enquanto instituição, mas efetivamente contra os povos e seus costumes, Conforme Santos (2020) esse movimento antidemocrático tem como escopo legitimar a enorme concentração de riqueza o que acaba por constranger medidas eficazes destinadas a impedir o desastre ecológico que se noticia iminente, em nível global.

Na dinâmica das relações construídas para consolidação desse movimento, estimula-se, de um lado, o ódio de classes, fazendo com que, os conflitos sociais assumam a forma de “racismo, ultranacionalismo, sexismo, rivalidades étnicas e religiosas, xenofobia, homofobia e outras paixões mortais” (MBEMBE, 2016, p.1).

<sup>5</sup> Sobre a questão da democraciano Brasil conferir SANTOS (2017).

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



De outro, passa-se a utilizar, cada vez mais a função coercitiva do Estado para refrear as formas de contestação à ordem social de modo a manter o sentimento de pertença e de segurança aos historicamente privilegiados, que anseiam pelo retorno a “certo sentimento de certeza – o sagrado, a hierarquia, a religião e a tradição” (MBEMBE, 2016, p.2).

Nesse contexto de confluência do discurso dos direitos, da cidadania e da participação com as concepções fascistas e projetos políticos antidemocráticos em movimento, parece relevante pensar os observatórios sociais com o cuidado necessário. De um lado, para não perder de vista a relevância de permanecer construindo espaços de participação que supere o controle mercantil. De outro, para que não se adote o consenso a partir do qual a sociedade civil é capaz do exercício permanente da crítica e do conflito, de capturar o espaço semântico da discussão recuperando o sentido transgressor da movimentação política e teórica.

### 3 CONFIGURAÇÃO DO OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO DO GAEPP

O controle da ação dos governantes nas democracias modernas, é exercido mediante o uso de sistemas de freios e contrapesos que limitam a autonomia e o espaço de um poder instituído em relação aos outros poderes. Também é praticado diretamente pela população e usuários dos serviços públicos, através de canais legalizados, ou não-institucionalizados, tais como mídia, movimentos sociais, igrejas, sindicatos, associações (PIRES, 2007).

Os observatórios sociais se situam no segundo grupo atuando em diferentes frentes, como na educação fiscal, na análise da aplicação dos recursos públicos, no acompanhamento de processos licitatórios, na construção de indicadores da Gestão Pública com base na execução orçamentária de cidades e regiões.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Variadas experiências com essa configuração possuem maior ou menor visibilidade<sup>6</sup>. No contexto da UFMA, entre outros, há o Observatório do Mercado de Trabalho do Maranhão (OMT-MA), uma parceria entre esta Instituição de Ensino Superior (IES) e o Ministério da Economia. Articulada pelo Observatório Nacional do Mercado de Trabalho do Ministério da Economia busca promover estudos na área em foco e sobre as políticas públicas de geração de emprego e renda.

Também situados no contexto da UFMA e vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP), destacam-se o Observatório Social e do Trabalho e o Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais, espaço multidisciplinar de pesquisa, documentação, informação, análise crítica e debate sobre políticas públicas e lutas sociais

Conforme consta do seu projeto disponível em <https://www.gaepp.ufma.br/site/index.php/observatorio>, o Observatório Social e do Trabalho tem como objeto as temáticas pobreza e trabalho considerando a situação do Maranhão em relação com o Nordeste e o Brasil, através de dois movimentos paralelos: a) divulgação de resultados de estudos por meio de Cadernos de Pesquisa (ISSN 2357-8130), de periodicidade semestral, disponíveis desde 2013 ; b) classificação, sistematização e divulgação de dados secundários e de estudos desenvolvidos acerca da estrutura e da dinâmica do mercado de trabalho e sobre a situação da pobreza em seus diferentes enfoques, os quais são disponibilizados no Boletim do Observatório Social e do Trabalho (ISSN 2357-8882), de circulação bimensal, desde 2012.

<sup>6</sup> Entre elas, o Observatório das Favelas, no Rio de Janeiro, que objetiva criar condições para monitorar e produzir informações sobre as políticas locais, além de formar quadros técnicos (FONSECA; BEUTTENMULLER, 2007); o Observatório das Metrópoles inserido no Programa Institutos do Milênio - CNPq que, entre seus objetivos, inclui o conhecimento sobre a situação cidadina brasileira; o Observatório para Implementação da Lei Maria da Penha (LMP) cujo escopo é acompanhar o processo de efetivação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; o Observatório do Instituto de Estudos Econômicos (INESC) que visa acompanhar o desempenho do orçamento do governo federal sobre gastos e investimentos na área social e o Observatório dos Direitos do Cidadão que acompanha e analisa as políticas públicas em São Paulo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



No seu arranjo político-institucional, o Observatório, concerta abordagens quantitativas e qualitativas. A primeira mediante o emprego de métricas e cálculos matemáticos.

A pesquisa qualitativa, por sua vez, baseia-se no caráter subjetivo expresso através de narrativas, opiniões e experiências individuais dos participantes. Busca-se, desse modo, o aprofundamento dos dados com o desnudamento das implicações deles advindas. Para tal, desenvolve intercâmbios nacionais e internacionais e tem recebido apoios de expertises de diferentes áreas e instituições, nas temáticas abordadas.

Portanto, ao apontar bases político-acadêmicas para construção do conhecimento, o Observatório Social e do Trabalho subsidia estudiosos e pesquisadores interessados em se apropriar de informações destinadas a fundamentar os processos de tomada de decisão e o exercício do controle social de Políticas Públicas constituindo-se em espaço adicional voltado para ampliar conhecimentos sobre a realidade do mercado de trabalho, da pobreza e da desigualdade social.

## 4. CONCLUSÃO

Dos elementos expostos no presente texto, pode-se concluir que, embora mudanças substantivas na arquitetura societária que impactem a divisão desigual de riqueza coletivamente produzida e suas consequências societárias exijam fortes e organizadas ações coletivas, no Brasil, a construção de espaços de debate, sistematização e divulgação de dados e informações, como os observatórios sociais, são iniciativas relevantes na medida em que se voltam para emprestar transparência às medidas de partilha e gestão do Fundo Público.

O Observatório Social e do Trabalho, sob a responsabilidade do Gaep/UFMA, tem buscado se situar como esse espaço suplementar de participação da sociedade no processo de gestão pública com o escopo de tornar o Governo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



mais responsável e transparente. Considerando, porém, que o atual contexto histórico se pauta pela concorrência entre discursos com conotação fascista e de defesa de direitos, tem sido pensado com o cuidado necessário, para que o exercício da crítica se faça sem perder o esforço de recuperação e construção de dimensões conceituais e contextuais acerca de diferentes temas tratados.

Esse esforço tem levado pesquisadores e demais profissionais a reconhecerem, através de participação direta na sistematização, publicação de trabalhos e na busca de informações, a relevância desse espaço suplementar para tratar das mais recentes tendências do mercado de trabalho, sobre a questão da desigualdade social, da pobreza e sobre as inovações empregadas e os entraves colocados ao processo de gestão.

## REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. En: Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008- ). Buenos Aires: CLACSO, 2008- . -- ISSN 1999-8104.

Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso 10 de junho de 2023.

GIOVANNI, Geraldo Di. Poder político e gestão pública: questões e debates contemporâneos - Entrevista Especial concedida a Maria Carmelita Yazbek. **Revista Políticas Públicas** v.21.n.1 .2017.

LOCKE, John. **Segundo Tratado do Governo Civil**. Trad. E. Jacy Monteiro. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Pensadores).

MBEMBE, Achille: A era do humanismo está terminando. 2016. Disponível em <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>.

PIRES, Valdemir. Controle Social da Administração Pública: entre o político e o econômico. IN: GUEDES, Álvaro Martim e FONSECA, Francisco (Orgs.). **Controle Social da Administração Pública: cenários, avanços e dilemas no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Oficina Municipal; Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



RIBEIRO, Natalina e RAICHELLIS, Raquel. Revisitando as influências das agências internacionais na origem dos Conselhos de Políticas Públicas. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.109, p 45-67, jan/mar. 2012

RANCIÈRE, Jacques. O ódio à Democracia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). A difícil democracia, reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia (Org.). Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e hegemonia global. São Paulo: FAPESP/Vozes. 1999.

SANTOS. W. G. A democracia impedida: o Brasil no século XXI: Rio de Janeiro: FGV Editora. 2017.

SOUSA, Salviana, Relatório Final enviado ao CNPQ. Atividades desenvolvidas no período 2018-2020. UFMA. 2021.

## PROMOÇÃO



## APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## BALANÇO DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS REALIZADAS NO ÂMBITO DO EIXO TEMÁTICO DA POBREZA

Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira<sup>7</sup>

### RESUMO

Texto submetido à XI JOINPP como parte da mesa temática OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO NO MARANHÃO: um balanço dos resultados das pesquisas realizadas. Resulta das reflexões e pesquisas desenvolvidas no âmbito deste Observatório, no eixo temático relacionado à pobreza. Traz o debate da pobreza, como o pano de fundo das análises acerca das realidades concretas que se constituem em objeto das investigações realizadas, cujos resultados estão expressos nos Boletins produzidos e publicados no site do GAEPP. Nesse sentido, situa a pobreza nos marcos das determinações do modo de regulação capitalista, pontuando as particularidades e especificidades de sua conformação no Brasil. Conclui mostrando os resultados das pesquisas realizadas acerca das ações propostas para o enfrentamento da pobreza que atinge os segmentos aliados do processo produtivo.

**Palavras-chave:** Pobreza. Capitalismo. Estado. Políticas Públicas.

### ABSTRACT

Text submitted to the XI JOINPP as part of the thematic panel SOCIAL AND LABOR OBSERVATORY IN MARANHÃO: a balance of the results of the research carried out. It results from the reflections and research carried out within this Observatory, in the thematic axis related to poverty. It brings the debate on poverty, as the background of the analyzes about the concrete realities that constitute the object of the investigations carried out, whose results are expressed in the Bulletins produced and published on the GAEPP website. In this sense, it situates poverty within the framework of determinations of the capitalist regulation mode, pointing out the particularities and specificities of its conformation in Brazil. It concludes by showing the results of research carried out on the actions proposed to face the poverty that affects segments that are excluded from the production process.

**Keywords:** Poverty. Capitalism. State. Public policy.

<sup>7</sup> Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas, professora do Departamento de Serviço Social da UFMA e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, membro do GAEPP (Grupo de Estudo e Avaliação da Pobreza e das Políticas Direcionadas à Pobreza). email: [eunice.maria@ufma.br](mailto:eunice.maria@ufma.br)

#### PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## 1 INTRODUÇÃO

O artigo aqui proposto e submetido à avaliação da XI JOINPP é parte da mesa temática OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO NO MARANHÃO: um balanço dos resultados das pesquisas realizadas no eixo pobreza que é uma das dimensões de investigação e análise do observatório. Nele enfocamos a Pobreza, como decorrente de processos estruturais das sociedades capitalistas que têm na produção coletiva da riqueza e na apropriação privada dos lucros, a determinação fundante das suas expressões. Sendo resultado das desigualdades e assimetrias inerentes à sociabilidade do capital, esse fenômeno vai se manifestar em todas as sociedades fundadas neste modelo social, ainda que em algumas delas, os seus índices sejam menos expressivos o que demonstra que a pobreza é complexa, multidimensional e a ela se agregam particularidades e especificidades sociohistóricas de cada realidade concreta.

No Brasil, por exemplo, a pobreza para além das próprias condições estruturais postas pela natureza desigual do capitalismo, tem como um de seus determinantes a escolha por um padrão de desenvolvimento concentrador e excludente que conformou o processo de formação da sociedade como um dos mais desiguais do mundo e que é reiterado continuamente. Ademais, ainda que os dados de sua crescente e contínua persistência, compareçam nos discursos e preocupações de sujeitos sociais e políticos, sempre foi “percebida como o efeito indesejado de uma história sem autores e responsabilidades” nos termos de (TELLES, 1993).

De fato, a pobreza, no Brasil, deita raízes nas relações sociopolíticas históricas de caráter autoritário e viés clientelista, que contribuíram para a conformação de um perfil societal conservador<sup>8</sup> que naturaliza expressões aviltantes

8 Para mais detalhes conferir, Chauí (2004), Telles (1993, 2007, 2013);

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

de pobreza e desigualdade social e reitera<sup>9</sup> a subalternização dos sujeitos mais empobrecidos.

Ainda que a questão da pobreza e desigualdade quase sempre estejam na agenda governamental, as intervenções voltadas para o seu enfrentamento, na maioria das vezes, estiveram desvinculadas da realidade do mercado de trabalho e relacionando pobreza com fracasso escolar e subalternidade no exercício laboral, problemas entendidos como de responsabilidade individual exigindo, conseqüentemente, “tratamento” nesse nível (SOUSA e PEREIRA, 2012).

Nesse sentido, advoga Telles (1993), a persistência da pobreza no Brasil tem raízes seculares, mas as suas expressões mais “modernas” se mostram no crescente empobrecimento das camadas de trabalhadores urbanos, mesmo aqueles integrados aos centros dinâmicos da economia do país. Desse modo, é possível dizer que aqui a pobreza sempre se presentificou pela via da informalidade, economia de subsistência, desemprego, subemprego, fome, alternativas legais e ilegais de sobrevivência, entre outras.

Mais recentemente, face aos processos de redefinição capitalista e a adoção de estratégias de reestruturação produtiva e tecnológica, passam a se agregar às velhas e conhecidas manifestações da pobreza, outras expressões como: drogadição, violência urbana e insegurança pessoal, reaparecimento de moléstias, tidas como erradicadas e o surgimento de novas, a exemplo da Covid -19 que paralisou o mundo por dois anos e no nosso país ceifou a vida de mais de 700 mil pessoas.

De fato, os tempos presentes têm sido difíceis e desafiadores, pois estão atravessados pelo acirramento das contradições advindas dos processos de

<sup>9</sup> Em outro trabalho discutimos a pobreza no Brasil apontando os fatores históricos que consideramos determinantes dessa questão bem como de sua constante reiteração expressa nas inúmeras formas de desigualdades, tal como entendidos por autores como: Henrique (1999); Pochmann (2001; 2002; 2010); Telles (2006), Ivo (2008), que destacam a concentração da terra, a desestruturação do mercado de trabalho: ausência de legislações protetivas, baixo nível de incorporação e assalariamento da mão de obra; o caráter autoritário da relação capital e trabalho e baixa densidade e reconhecimentos dos direitos inerentes à condição de cidadania.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



redefinição do capital que buscam recompor ganhos e lucratividade, mas também pelo avanço das ideias e forças ultraliberais que no Brasil, em particular, estiveram à frente do governo federal e que persistem em resistir em vários âmbitos, inclusive, com fortes representações no parlamento federal, mas também em outras esferas governativas. Este movimento, tem rebatido nas diversas esferas da vida inflexionando as dimensões econômica, social, política e ideológica.

No tocante à pobreza, além do seu incremento, sobretudo, após a instalação do surto pandêmico da Covid-19, vimos também ascender os processos de criminalização e controle sobre os segmentos mais empobrecidos, nesse sentido, reacende-se a obsessão por “segurança pública” leia-se policiamento e ações de “limpeza e higienização” social, o discurso é o de “cuidar” dos desvalidos, mas efetivamente o propósito se volta para a preservação da estética das cidades. Ao lado disso, temos também tivemos a intensificação dos desmontes de várias instituições públicas componentes do aparato do sistema de proteção social, em razão das diversas estratégias que o país tem adotado há muito tempo e que tem repercutido negativamente sobre a ação do Estado com a redução do gasto público que subsidia a oferta das políticas públicas, particularmente aquelas de corte social, na medida em que visam uma melhor racionalização dos insumos, produtos e serviços, dos gastos com “a máquina pública”, tanto no que concerne à oferta dos serviços sociais públicos, quanto no quantitativo de pessoal o implica e redução da capacidade de alcance e/ou cobertura dos programas assistenciais dirigidos aos sujeitos pobres.

Da mesma forma, as estratégias neoliberais e ultraliberais também afetaram o mundo do trabalho, pois aprofundaram os processos de precarização e flexibilização das relações de trabalho, retiraram direitos dos trabalhadores e provocaram a elevação do desemprego. Tudo isto incrementou a superpopulação relativa do capital, portanto, fez crescer o contingente de sobrantes, que no Brasil sempre foram vistos como meros pobres e quase nunca como trabalhadores em potencial que o modelo econômico brasileiro nunca foi capaz de incorporar.

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



É desta pobreza e as medidas para seu enfrentamento, que os Boletins e Cadernos de Pesquisa do Observatório Social e do trabalho tratam, neles são discutidos, analisados e sistematizados dados acerca desta questão tendo sempre presente a realidade do Maranhão (um dos estados mais pobres da federação), na relação com o Brasil e a região nordeste.

## 2 RESULTADOS DAS PESQUISAS REALIZADAS: a pobreza e as ações de enfrentamento em debate no período 2018-2020

No período considerado as pesquisadoras que se inserem no eixo de discussão da pobreza se voltaram para investigar e analisar as seguintes temáticas: Programas de Transferência de Renda; Agenda 2030 e a igualdade mundial; pobreza e encarceramento; pobreza, (des) proteção social e auxílio emergencial em tempos da pandemia de Covid 19 (tema contemplado em duas versões). As escolhas efetivadas mostram que a nossa discussão acerca da temática da pobreza se faz a partir da análise de dados secundários disponíveis em várias bases de dados acerca da pobreza e das ações públicas formuladas para o seu enfrentamento, ou seja, ações engendradas no sentido de dar respostas às demandas dos sujeitos pobres. Do ponto de vista teórico-metodológico estas análises se ancoram além dos dados quantitativos coletados de modo indireto, em referenciais teóricos que nos possibilitam extrair deles elementos para substantivar os resultados que divulgamos.

Nesta perspectiva elegemos trazer os Programas de Transferência de Renda no Brasil e no Maranhão como um dos objetos de investigação (resultados apresentados no Boletim Periódico - Ano 7 (2018) - n. 2), haja vista que tais programas intentam enfrentar às necessidades emergenciais da pobreza absoluta já que o país não foi capaz, até aqui, de universalizar a proteção social, como seria esperado. Ademais, sabe-se que a partir da década de 1990, o país passou a adotar medidas neoliberais, estas medidas acrescentaram novas determinações a uma

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



conjuntura que já era bastante desfavorável, pois aumentou as incertezas e inseguranças quanto à garantia e permanência em algum emprego ou ocupação e a garantia de alguma renda mesmo para aqueles que um dia estiveram integrados ao mercado de trabalho na condição de empregados.

É neste contexto, de tensão no âmbito do trabalho, de desproteção social e crescentes taxas de desemprego que esses programas se disseminaram por vários países. No Brasil também não foi diferente, pois os programas de transferência monetária emergem em resposta a expansão e ao agravamento da pobreza, como uma resposta de caráter compensatório, seletivo e focalizado direcionado aos segmentos mais pauperizados que o Estado brasileiro passou a implementar.

Desse modo, dados do MDS (2018), apontam que o quantitativo de famílias beneficiárias do PBF passou por oscilações, apresentando ligeiras reduções, se consideradas as médias anuais: 13.864.485, em 2015, 13.832.720, em 2016, e 13.469.672, em 2017. No mês de abril de 2018, porém, houve um corte de benefícios que alcançou 392.134 famílias e R\$ 60.532.892,00 do montante transferido.

Os cortes na cobertura do número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família expressam as reduções orçamentárias decorrentes das medidas que foram implantadas a partir do novo regime fiscal que impôs “[...] rigorosos cortes de recursos, especialmente na área social, e a aprovação de reformas nos campos trabalhista e previdenciário de cunho extremamente regressivo do ponto de vista da classe trabalhadora” (LIMA; PEREIRA, 2019, p.6). Estas medidas contribuíram para intensificar o processo de desfinanciamento das políticas sociais, em particular, aquelas componentes da Seguridade Social da qual a Política de Assistência Social é parte e onde os Programas de Transferência de Renda se localizam.

Já nas análises produzidas sobre a “Agenda 2030 e a falsa possibilidade de uma igualdade mundial” (tema do Boletim Periódico - Ano 7 (2018) - n. 4), buscou-se destacar o debate tensionado que põe em relevo a profunda crise política,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

econômica e social no país que acaba afastando cada vez mais da possibilidade de alcance do cumprimento dos compromissos estabelecidos nos objetivos e metas do milênio fixados pela ONU. No que se refere ao Maranhão, que também se insere nesse contexto regressivo, ainda contava com os desafios advindos dos baixos e resistentes indicadores de pobreza presentes no Estado e que ao serem confrontados com os parâmetros internacionais se mostraram mais difíceis de serem enfrentados, ainda que o governo tenha envidado esforços para fazer face ao cumprimento desta Agenda.

De fato, o estabelecimento de uma Agenda com medidas de enfrentamento à pobreza não parece tarefa fácil o que é reconhecido pela cofundadora da Rede ODS Brasil quando diz que a Agenda 2030 constitui-se em desafio global, que precisa ser enfrentado localmente, para tanto os governos precisam fomentar a participação social e a articulação institucional.

Outra questão trazida para debate (no Boletim Periódico - Ano 8 (2019) - n. 2), foi o tema dos “Benefícios Previdenciários e da Assistência Social” que naquele momento, se colocava como relevante, considerando o processo de aprofundamento da reforma da Previdência Social, em curso no país. Como já sinalizado antes, esta Reforma, se realizava no bojo das medidas propostas pelo governo Temer (2016-2018), a partir da implantação de um novo arcabouço fiscal, nesse sentido, era apontada como a principal saída para a ‘crise fiscal’ do Estado brasileiro.

Esta Reforma da Previdência no Brasil só reafirma a estratégia que tem sido perseguida pelos diferentes países, ela está fundamentada na ruptura entre trabalho e proteção social, e tem redefinido as bases dos sistemas de proteção social e das ações estatais que configuram as políticas sociais.

O resultado disto tem sido a retirada de direitos dos trabalhadores e mais empobrecimento e desproteção social, em particular daqueles demandantes dos benefícios não contributivos, caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



embora seja do escopo da Previdência Social é implementado pela Política de assistência Social.

No Boletim Periódico - Ano 8 (2019) - n. 4, discutimos sobre a “Pobreza e encarceramento no Brasil e no Maranhão”, o pressuposto da nossa discussão é que o aprisionamento vem sendo adotado no país em resposta ao problema da insegurança social crescente num contexto social que se caracteriza pela crise do denominado Estado de Bem-Estar Social e de crescentes taxas de desemprego.

Neste contexto de ausência ou de restrição da intervenção do Estado com políticas de proteção social, a gestão da pobreza passou a ser feita, prioritariamente, pelo incentivo à competição individual, por ações de cunho filantrópico e pela criminalização dos que subvertem essa nova ordem, principalmente, os moradores das periferias urbanas associados à chamada “criminalidade de rua”, em particular, o tráfico de drogas, os roubos e os furtos. Na medida em que tais “condutas desviantes” são associadas aos pobres e a pobreza à violência, a necessidade de segurança passa a se expressar por obsessão securitária e, conseqüentemente, por demanda punitivista voltada contra os que se adequam aos estereótipos criados nesse círculo vicioso: os pobres, negros e pessoas com baixa escolaridade.

No Maranhão, segundo dados do DEPEN/Ministério da Segurança Pública, a população carcerária também vem crescendo, desde dezembro de 2013, sendo que a taxa de encarceramento do estado passou de 81,9 presos por 100 mil hab. em dez/13, para 210,6 em dez/2018. Cabendo destacar a situação das mulheres encarceradas que, como parte desse universo, praticam e sofrem violências revestidas por diferentes marcadores sociais históricos: raça, etnia, orientação sexual, geração, região, deficiência, religião.

Tendo claro que a pandemia de Covid-19 agravou e acentuou as condições de pobreza e desigualdades já presentes no Brasil, em particular, no Maranhão, atingindo, sobretudo aqueles segmentos sobranceiros que sempre estiveram à margem do mercado de trabalho, produzimos dois boletins objetivando discutir e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



analisar esta situação. O primeiro deles (Boletim Periódico - Ano 9 (2020) - n. 2) teve como tema “Pobreza, (des) proteção social e auxílio emergencial em tempos da pandemia de Covid 19”, prosseguimos nesta discussão e análise no Boletim Periódico - Ano 10 (2021) - n. 1.

Em ambos ressaltamos que a Pandemia de Covid-19 não era a responsável pela crise econômica que abalou o mundo, mas contribuiu para aprofundar ainda mais o quadro de crise que já estava instalado.

Esse quadro já estava posto antes da pandemia se instalar no país, e o resultado disso vai estar expresso no enorme contingente de força de trabalho (trabalhadores em potencial), expostos a situações de desemprego e, portanto, de pobreza que representava 25,0% da população do Brasil, 49,5% do Nordeste e 56,1% do Maranhão, no mês de março de 2020, período de maior disseminação da pandemia de Covid-19 no Brasil.

O que reforça que a Pandemia expôs, ainda mais, as situações do empobrecimento e as desigualdades sociais preexistentes, inclusive em sua dimensão regional, situação que se agravou com a aprovação das reformas da Previdência Social, Trabalhista, a Lei da Terceirização para atividades-fim e a Emenda Constitucional nº 95, de 2016 que congelou por 20 anos os investimentos em áreas sociais.

De fato, comparando-se os beneficiários que passaram a receber o Auxílio Emergencial, verifica-se que, no Brasil, 45,33% não estavam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), enquanto no Nordeste e no Maranhão mais de 50% das pessoas aprovadas são beneficiárias do Bolsa Família.

Essa diferença desvela uma situação de pobreza com perfil regionalizado: em regiões, como Sul, sudeste e Centro-Oeste, há um novo grupo de pobres, os que perderam o trabalho, como efeito extensivo da pandemia, enquanto no Nordeste e Norte, os receptores do Auxílio já se encontravam em situação de pobreza e de extrema pobreza antes da emergência desse flagelo global.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Ademais, se mostrou também visível o resultado do desfinanciamento contínuo das políticas sociais, melhor dizendo, a “perversidade” dessa estratégia e o quanto ela fragilizou a Seguridade Social brasileira, arcabouço político institucional que sustenta e organiza as três áreas importantes para a reprodução da classe trabalhadora: Saúde (SUS), Previdência Social e a Política de Assistência Social, através do SUAS, que se propõe dar atendimento aos segmentos da população que estão em maiores desvantagens sociais.

Assim, o cenário pandêmico que trouxe o aprofundamento da crise e, conseqüentemente, o recrudescimento da pobreza e da desigualdade social, inflexionou mais ainda a economia nacional provocando queda abrupta da riqueza socialmente produzida. Desse modo, ao elevar o contingente de pessoas e/ou famílias empobrecidas, desmonta a possibilidade que vinha sendo construída antes da pandemia de um futuro mais promissor em termos de redução da pobreza. De fato, segundo dados do IBGE (2020), se considerada a série iniciada em 2012, já em 2019, apenas a Região Sudeste apresentou redução no percentual de pobres (pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 1,9), embora, de modo pouco significativa. No Nordeste, houve ampliação, sendo que o Maranhão, o estado com maior percentual de extremamente pobres no país, com 20,4% da sua população com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 1,9, houve um aumento de 0,5 p.p em relação a 2018 e 2,6 p.p em comparação a 2012.

A mesma situação pode ser reforçada quando trazemos dados que indicam que o maior percentual da população com rendimento per capita inferior a US\$ 5,5 está no Nordeste (42,9%) e Norte (41,6%), enquanto a Região Sul possui o menor percentual de pessoas vivendo na pobreza (11,3%). Do mesmo modo também há dados que apontam que o Maranhão apresentou redução do percentual de pessoas vivendo com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,5 desde o início da série em 2012, passando de 54,7% em 2018 para 52,2% em 2019.

A aprovação da Lei 13.982, de 02 de abril de 2020, que instituiu o programa de transferência de renda não condicionada, denominado Auxílio Emergencial, que

PROMOÇÃO



APOIO





atingiu 80,1% das moradias mais pobres e a 85,2% daqueles com renda domiciliar per capita de até R\$ 242,15 (PNAD COVID 19)<sup>10</sup> foi a principal medida implementada pelo Governo federal, para minimizar a crise sanitária em curso e contrarrestar os efeitos da recessão devido à redução das atividades que geram trabalho no país.

Em termos regionais, o Programa atingiu 60% dos domicílios na Região Norte, 58,9% do Nordeste, 41,4% do Centro Oeste, 35,9 do sudeste e 29,7 do Sul, o que já expõe as diferenças regionais no país. E de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os rendimentos médios efetivamente recebidos pelos que acessaram o programa foram de R\$ 2.154, o que corresponde a 90,6% dos rendimentos habituais (R\$ 2.377). Assim, cerca de 4,1 milhões de domicílios brasileiros (6% do total) sobreviveram somente com a renda do auxílio emergencial nos meses em que foram repassadas as parcelas.

O Maranhão, segundo pesquisa do IPEA, é o terceiro com maior número de famílias que dependem do auxílio emergencial uma vez que, em face da natureza das ocupações que existem no estado, muitas pessoas perderam seus empregos durante a pandemia. De fato, de acordo com o estudo do GAPE/UFMA<sup>11</sup>, “as atividades informais concentravam a maior parte da população ocupada na ordem de 64,5%, sendo que, para cada 01 posto formal destruído, 15 postos informais foram eliminados (2020, p. 11). Como podemos constatar, os dados expõem o grave impacto da crise pandêmica no contexto maranhense.

O certo é que, em meados de 2021, ainda num cenário de pandemia com o desemprego também em alta o Auxílio Emergencial era bastante rebaixado em seus

<sup>10</sup> Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19, divulgada em julho de 2020 (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/auxilio-emergencial-chega-a-80-dos-domicilios-mais-pobres-do-pais>). Acesso em 15 de janeiro de 2021.

<sup>11</sup> BRITO. Alex et al. Os impactos da crise do CORONAVÍRUS sobre o Emprego no Maranhão. *Texto para Discussão nº 003/2020*. Grupo de análise da Política Econômica (GAPE), Departamento de Economia. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico. UFMA. Set. 2020.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

valores e na cobertura, ou seja, ainda num cenário bastante adverso para os trabalhadores, em geral, e, particularmente, para os mais pobres, o programa não considerava importante manter a “proteção mínima” inicialmente adotada, lembrando que ele só ocorreu após muitas pressões de vários sujeitos.

Este tem sido o quadro desolador em que se encontram os trabalhadores pobres no nosso país, ressaltando sempre, que é um quadro histórico.

### 3 CONCLUSÃO<sup>12</sup>

As transformações societárias que vem ocorrendo em todos os países em razão dos mecanismos adotados pelo capital com vistas à redefinição do seu processo de acumulação e lucratividade, tem produzido um acirramento da competição no âmbito das várias formas de relações sociais, o crescimento do desemprego e da precarização das formas de ocupação e inserção da força de trabalho, sobretudo face aos reordenamentos efetuados nas indústrias ou empresas, mas também nas instituições estatais, expressos nas formas de flexibilização de contratos, na perda de acesso aos direitos vinculados ao trabalho, na redução do valor das remunerações e na intensificação das formas de exploração do trabalhador. Esse conjunto de medidas tem contribuído para o incremento dos níveis de empobrecimento da população mundial, particularmente daqueles que vivem dos rendimentos do trabalho.

No caso do Brasil, isso contribuiu para aguçar ainda mais o quadro já existente de pobreza e desigualdade, sobretudo, em razão da fragilidade do esquema de Proteção Social aqui desenvolvido o qual nunca contribuiu para reduzir as diferenças sociais ou para corrigir as debilidades do mercado de trabalho.

Sabe-se que esse “padrão protetivo” sempre foi seletivo, pouco inclusivo, com acentuado perfil filantrópico-assistencial e caritativo reproduzindo o caráter conservador e clientelístico do sistema político. Nesse sentido, os programas ou

<sup>12</sup> Texto extraído de outro trabalho da autora intitulado: Os Determinantes da Pobreza no Brasil. In: SILVA, M. O (Org.). Pobreza e Políticas Públicas de enfrentamento à pobreza. São Luís: Edufma. 2013.

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

projetos executados sempre padeceram de poucos investimentos de recursos financeiros, humanos e até mesmo de aparatos institucionais capazes de dar conta de desempenhar ações robustas o suficiente para reduzir o contingente de pobres.

Nesse sentido é que Telles, 2006, p.105, ressalta que a pobreza no Brasil sempre existiu e persiste, dentre outras causas, pelo fato de:

(...) a sociedade sempre ter confundido “modernização com modernidade”, uma sociedade na qual as noções de igualdade, liberdade e justiça – valores definidores de “tempos modernos” - não tem função crítica e, na melhor das hipóteses, viram assunto de uma eterna desconversa que é (...), a marca registrada do que se chama “desfaçatez de classe”.

Ademais, no atual contexto de crise, a intervenção do Estado brasileiro vem tendendo a retornar a um movimento de assistencialização da questão social tomando a pobreza na sua expressão mais absoluta a exemplo, dos Programas de Transferência monetária que tem se constituído na principal estratégia de enfrentamento à pobreza nos últimos decênios e sabemos que o vasto segmento populacional que vem sobrevivendo do repasse das transferências sociais, nunca foram incluídas no circuito da produção, enquanto trabalhadores assalariados, e também não alcançarão esse estatuto pela via das medidas governamentais como estas que se expressam nos programas assistenciais ainda que elas sejam importantes e necessárias, sobretudo em um contexto de crise sistêmica como temos vivenciado.

## REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes e messianismo dos dominados. IN: Dagnino, Evelina (Org). Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 2004

GRUPO DE AVALIAÇÃO E ESTUDOS DA POBREZA E DAS POLÍTICAS DIRECIONADAS À POBREZA. Boletim Periódico do Observatório Social e do Trabalho, Ano 10 (2021) - N.2 Disponível em <http://www.gaapp.ufma.br/site/index.php/boletim-do-observatorio-social-e-do-trabalho>).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

\_\_\_\_\_. Boletim Periódico do Observatório Social e do Trabalho, Ano10  
(2021) – N. 1.

\_\_\_\_\_. Boletim Periódico do Observatório Social e do Trabalho, Ano 09  
(2020) - N.2

\_\_\_\_\_. Boletim Periódico do Observatório Social e do Trabalho, Ano 08  
(2019) - N.4

PEREIRA, Maria Eunice F. Damasceno. Os Determinantes da Pobreza no Brasil. In: SILVA, M. O (Org.). Pobreza e Políticas Públicas de enfrentamento à pobreza. São Luís: Edufma. 2013.

SOUSA, Salviana, Relatório Final enviado ao CNPQ. Atividades desenvolvidas no período 2018-2020. UFMA. 2021.

TELLES, V. da S. Pobreza e cidadania. Dilemas do Brasil contemporâneo. Caderno CRH 19, Salvador, 1993.

\_\_\_\_\_. TELLES, Vera da Silva. No fio da navalha: entre carências e direitos, notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil, In: CACCIA-BAVA, Sílvio et al (Orgs). **Programas de renda mínima no Brasil: impactos e possibilidades.** São Paulo: Pólis, 1998.

\_\_\_\_\_. Direitos Sociais: afinal do que trata? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, 2ª reimpressão; 194 p.

## O TRABALHO EM DEBATE NO ÂMBITO DO OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO DO MARANHÃO: um balanço dos resultados das pesquisas realizadas

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Economista, doutora em Políticas Públicas-UFMA, professora titular do Departamento de Economia, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e do Programa de Pós- Graduação

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## RESUMO

Como parte da mesa temática OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO NO MARANHÃO: um balanço dos resultados das pesquisas realizadas, submetida à XI JOINPP, o presente texto discute os resultados das pesquisas realizadas no âmbito do Projeto de Funcionamento de Observatório Social e do Trabalho: eixo do trabalho. Tem como foco o comportamento do mercado de trabalho maranhense em comparação com o brasileiro, em diferentes conjunturas ao longo da década de 2000. O principal procedimento metodológico adotado foi o levantamento e a sistematização de dados secundários utilizando-se fontes oficiais. Conclui que, após significativos avanços experimentados pelo mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão, sobretudo na primeira década de 2000, em uma conjuntura de aprofundamento da crise política e econômica, de ajuste fiscal e de crise sanitária assistiu-se a uma deterioração de todos os indicadores, mostrando-se mais nítida a partir de 2015 e manifestando-se com maior intensidade no plano estadual.

**Palavras-chave:** Observatório; Mercado de Trabalho; Brasil; Maranhão

## ABSTRACT

As part of the thematic panel SOCIAL AND LABOR OBSERVATORY IN MARANHÃO: a balance of the results of the research carried out, submitted to the XI JOINPP, this text discusses the results of the research carried out within the scope of the Project for the Operation of the Social and Labor Observatory: axis of work. It focuses on the behavior of the labor market in Maranhão compared to the Brazilian one, in different contexts throughout the 2000s. The main methodological procedure adopted was the survey and systematization of secondary data using official sources. It concludes that, after significant advances experienced by the labor market in Brazil and Maranhão, especially in the first decade of 2000, in a context of deepening political and economic crisis, fiscal adjustment and health crisis, there was a deterioration of all indicators, becoming clearer from 2015 onwards and manifesting itself with greater intensity at the state level.

**Keywords:** Observatory; Labor Market; Brazil; Maranhão.

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto integra a mesa temática intitulada OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO NO MARANHÃO: um balanço dos resultados das pesquisas realizadas,

em Desenvolvimento Socioeconômico, pesquisadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza-GAEP, pesquisadora nível 2 do CNPq. E-mail: valeria.almada@ufma.br.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



submetida à XI JOINPP e objetiva apresentar os resultados das pesquisas realizadas no âmbito do “Projeto de Funcionamento de Observatório Social e do Trabalho: Eixo do Trabalho”, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para fins de concessão de bolsa de produtividade, nível II. Trata-se de um dos eixos de investigação definidos no Projeto mais amplo: “Observatório Social e do Trabalho no Maranhão” desenvolvido por integrantes do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP), articulado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O Observatório Social e do Trabalho no Maranhão tem como objeto de focalização as temáticas Pobreza e Trabalho, centrando-se este projeto, especificamente, no eixo relacionado ao trabalho, tendo como universo o Estado do Maranhão, considerado na sua relação com o Nordeste e o Brasil.

Este projeto enquanto um dos eixos constitutivos do projeto “Observatório Social e do Trabalho no Maranhão”, com recorte na área do trabalho, se fundamenta, tal como o projeto original, no entendimento de que a democratização, a efetividade da gestão pública e a participação reivindicatória e propositiva da sociedade, assim como o controle social de Políticas Públicas pressupõem a criação e disseminação de informações alternativas e confiáveis que contribuam para qualificação e fortalecimento de sujeitos sociais, capazes de atuar criticamente no espaço público.

Isso posto e, sobretudo, o contexto mais recente de aprofundamento da crise do capitalismo em âmbito mundial, de grave crise econômica e político-institucional em âmbito nacional, de avanço do conservadorismo nas políticas públicas, de ataque aos direitos sociais e de desdobramentos negativos sobre o mercado de trabalho decorrentes da Pandemia da Covid 19, justificam a relevância do eixo temático focalizado no trabalho e nas políticas públicas a ele relacionadas, como parte constitutiva do Observatório Social e do Trabalho no Maranhão, em funcionamento desde 2012. Tal relevância se justifica ainda e principalmente pelas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

especificidades do Estado do Maranhão, caracterizado historicamente por um baixo grau de estruturação do seu mercado de trabalho, em comparação com o conjunto do Brasil, o que se expressa pelo ainda reduzido índice de assalariamento e, sobretudo, pela pequena participação dos trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada no total dos empregados do Estado.

O texto aqui apresentado contém, além desta introdução, um item dedicado à explicitação da concepção de Trabalho que orienta este projeto de pesquisa, seguido de uma síntese dos principais resultados obtidos, a partir das pesquisas realizadas, com foco na estrutura e dinâmica do mercado de trabalho maranhense em relação ao conjunto do Brasil a partir dos anos 2000 até a atualidade. O texto finaliza com uma conclusão destacando as principais tendências observadas no mercado de trabalho do Maranhão e do Brasil nos anos recentes.

## 2. O TRABALHO COMO CATEGORIA TEÓRICA

O Observatório Social e do Trabalho no Maranhão tem como eixos temáticos centrais a Pobreza e o Trabalho, entendidos do ponto de vista teórico como duas categorias intrinsecamente articuladas no contexto do modo de produção capitalista. Isso porque pobreza e riqueza constituem polos em interação, sendo a pobreza decorrente da inserção de homens e mulheres na produção como vendedores de sua força de trabalho para os capitalistas detentores dos meios de produção. Decorre desse processo a geração da mais valia, “[...] cuja consequência é a instituição da pobreza e da riqueza enquanto produtos da exploração”. (Silva 2019, p. 2).

Com efeito, Marx (1982) introduziu o conceito de força de trabalho distinguindo-o do conceito de trabalho, o que constituiu a base para a construção da sua teoria da mais-valia e o seu mais importante avanço em relação à Teoria do Valor herdada da Economia Política Clássica.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Segundo o autor, na sociedade capitalista, a força de trabalho assume a forma de mercadoria, sendo a relação entre os capitalistas – detentores dos meios de produção – e os trabalhadores – que detêm exclusivamente sua força de trabalho para a venda no mercado – a relação social fundamental sobre a qual se estrutura esse modo de produção. Trata-se, na concepção de Marx, do trabalho alienado, produtor de mais-valia. (Raichelis e Lima, 2016).

De fato, para o autor, a força de trabalho se constitui em uma mercadoria cuja particularidade é a sua capacidade de produzir um valor sempre superior ao que nela é incorporado, posto que possui um valor de uso, correspondente ao trabalho que é capaz de produzir, superior ao seu valor de troca, determinado pelo seu custo de produção.

Na visão marxiana, duas tendências, simultâneas e contraditórias, convivem no capitalismo. Por um lado, a luta do capital para controlar a maior parte possível de trabalho vivo de modo a aumentar a massa potencial de mais-valia; por outro, o impulso em direção à mais-valia relativa induz o capital a colocar como supérfluos muitos desses trabalhadores. Portanto, atraindo e repelindo trabalhadores, o capitalismo desenvolve uma lei da população igualmente ambígua: a maior parte da população se transforma em assalariada, mas, num momento seguinte, é parcialmente transformada em superpopulação relativa à espera de ser utilizada pelo capital em algum ciclo expansivo futuro.

Elucidando tal tendência, ao abordar a Lei Geral da Acumulação Capitalista, no Capítulo XXIII da sua obra *O Capital*, Marx (1985, 203) afirma:

[...] à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores. O sobretalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social.

PROMOÇÃO





Trata-se, portanto, de uma lei que está no cerne da explicação da tendência à concentração e centralização do capital simultaneamente à geração da pobreza, fruto da desigualdade da distribuição da riqueza socialmente produzida, inerente ao modo de produção capitalista.

### 3. SÍNTESE DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS REALIZADAS: estrutura e dinâmica do mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão a partir do ano 2000

Os principais resultados das pesquisas realizadas no âmbito do *Observatório Social e do Trabalho*, situadas especificamente no eixo temático do Trabalho e tendo como foco a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho maranhense em comparação com o brasileiro nos anos recentes, são sintetizados a seguir, com destaque ao indicador relacionado à **taxa de desocupação**.

Os dados dos dois últimos censos mostram que, no período 2000 a 2010, o PIB maranhense cresceu acima do PIB nacional. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2001, 2011). No entanto, enquanto no nível nacional a ocupação registrou crescimento médio anual de 2,78%, no Estado, não foi além de 1,76% a.a. Em ambos os casos, houve um recuo na taxa de desocupação, a qual declinou, no conjunto do país, de 15,3% em 2000 para 7,6% em 2010, enquanto no Maranhão o indicador registrou redução menor, variando de 11,8% para 8,7% no período. (HOLANDA et al., 2013).

Ainda em relação à **taxa de desocupação**, os dados das PNADs indicam que, no Brasil, no período de 2002 a 2011, a taxa de desocupação recuou em 3,4 pontos percentuais, com a criação de 14,6 milhões de postos de trabalho. Por outro lado, no Maranhão, a diminuta geração de ocupações no período levou a uma elevação da taxa de desocupação da ordem de 2,1% ao ano. (LIMA; HOLANDA; NASCIMENTO, 2012).

Por outro lado, os dados da PNAD 2012 revelam um desempenho do mercado de trabalho maranhense mais favorável do que o brasileiro, ao contrário do registrado entre 2002 e 2011. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

ESTATÍSTICA, 2013). Com efeito, no período de 2011 a 2012, assistiu-se a um declínio da taxa de desocupação no Maranhão, de 16,4 pontos percentuais, bem maior do que o observado no Brasil, onde esta taxa caiu apenas 7,6%. (LIMA; HOLANDA, 2013).

Conforme advertem Holanda e Anchieta Júnior (2014), de acordo com dados do CAGED, enquanto em 2010, diante dos 7,5% de avanço do PIB, o país abriu 3,1 milhões de postos de trabalho formais (média mensal de 265 mil novas vagas), no ano de 2013, esse número caiu para 1,1 milhão (uma média mensal de 91 mil novas vagas), menor até do que em 2009, ano de recessão, evidenciando uma forte desaceleração no ritmo de contratações durante esse período.

Por outro lado, os autores citados afirmam que, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgada pelo IBGE, a taxa de desocupação no Brasil fechou 2013 em 4,3%, o menor valor da série iniciada em 2002. A pequena elevação, observada em janeiro de 2014, para 4,8%, não impediu que a marca fosse a mínima histórica para o referido mês.

Uma parte da explicação para esse aparente paradoxo se relaciona a mudanças demográficas com destaque à desaceleração do crescimento populacional. A outra parte da explicação está na menor taxa de participação dos jovens entre 18 e 24 anos no total da população ocupada e no total da PEA. As razões apontadas para essa *fuga* de jovens do mercado de trabalho estão relacionadas com a busca por melhor qualificação, favorecida por iniciativas do governo federal tais como: o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). (HOLANDA; ANCHIETA JÚNIOR, 2014).

Analisando essa conjuntura e os rebatimentos da recessão vivenciada pela economia brasileira nos indicadores de ocupação/desocupação, Lima, Anchieta Júnior e Sousa (2015) destacam que os dados dos primeiros quatro meses de 2015 apontam o fechamento de 137 mil postos de trabalho formal. Nos últimos doze meses, encerrados em abril de 2015, o resultado foi ainda pior, com mais de 263 mil

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

vagas encerradas. No Maranhão, a trajetória é a mesma. A geração de empregos formais no Estado recuou de 28,5 mil em 2011 para pouco mais de 1,1 mil em 2014.

De fato, o ciclo de elevação da taxa de juros SELIC iniciado em 2014, que terminou por se espalhar para todas as demais modalidades de crédito, o reajuste de preços administrados (energia elétrica e combustíveis) com a consequente aceleração da inflação no 1º trimestre de 2015, que reduziu a renda disponível para o consumidor e, ainda, os efeitos da Operação Lava-Jato (sobretudo na Construção Civil) afetaram negativamente o desempenho do mercado de trabalho. (LIMA; ANCHIETA JÚNIOR; SOUSA, 2015).

Assim sendo, de acordo com a PNAD Contínua, o contingente de desocupados, no Brasil, aumentou em quase 1,5 milhão de pessoas na passagem do último trimestre de 2014 para o 1º trimestre de 2015, e a taxa de desocupação deu um salto, de 6,5% para 7,9% no mesmo período. No Maranhão, 55 mil pessoas entraram na *fila do desemprego* entre o último trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2015 e a taxa de desocupação subiu ainda mais, de 7,0% para 8,9%. (LIMA; ANCHIETA JÚNIOR; SOUSA, 2015). Em termos médios, segundo a PNAD Contínua, as taxas de desocupação registradas no Brasil e no Maranhão no ano de 2015 foram de 8,5% e 8,6%, respectivamente. (LIMA; MORAES, 2016). Já como resultado do aprofundamento da crise política e econômica brasileira, a trajetória ascendente da taxa de desocupação se acentuou no Brasil em 2016, alcançando a média de 11,5%. (LIMA; MORAES; SILVA, 2017).

Com efeito, cumpre ressaltar que o agravamento da crise político-institucional culminou com a aprovação pelo Congresso Nacional do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, tendo assumido o governo o Vice-Presidente da República, Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Isso representou a vitória de um projeto conservador que punha em xeque importantes avanços experimentados pelo país, sobretudo na esfera social, ao longo da primeira década de 2000. Isto porque exatamente a esses avanços eram atribuídas as principais

PROMOÇÃO



APOIO





causas do agravamento do déficit público, da aceleração da inflação e da queda significativa da taxa de crescimento do PIB, a qual regrediu de 2,7% para 0,1% entre 2013 e 2014, atingindo os índices negativos de 3,8% em 2015 e 3,6% em 2016. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015b; INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS, 2017).

Isso posto, segundo o discurso oficial, a solução para a crise econômica exigiria necessariamente o aprofundamento do ajuste fiscal, já iniciado no segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, mediante rigorosos cortes de recursos, especialmente na área social, e a aprovação de reformas nos campos trabalhista e previdenciário de cunho extremamente regressivo do ponto de vista da classe trabalhadora. Tal ajuste, entretanto, não colocava em questão o mau uso dos recursos com pagamentos de juros sobre a dívida pública, que alcançaram, segundo Pochmann (2017)<sup>14</sup>, cerca de 8,5% do PIB em 2015, ante 5,7% em 2014, além dos desperdícios em subsídios e desonerações para setores privilegiados. Ademais, sequer tangenciava a necessidade de reforma do sistema tributário brasileiro, extremamente regressivo, cuja carga de impostos, taxas e contribuições termina favorecendo os ricos em detrimento dos pobres.

Nesse contexto de crise, com rebatimentos negativos sobre o mercado de trabalho brasileiro, reascendeu o debate em torno da necessidade de flexibilização das relações de trabalho, culminando com a aprovação pela Câmara de Deputados e sanção pelo Presidente da República da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, que amplia e flexibiliza ainda mais as possibilidades de terceirização e de contratação de trabalho temporário, a qual tem imposto mudanças marcantes na estrutura do mercado de trabalho brasileiro.

Para complementar o pacote de medidas regressivas, foi aprovada pelo Congresso Nacional uma proposta de reforma trabalhista, extremamente regressiva

<sup>14</sup> Entrevista concedida ao Boletim do Observatório Social e do Trabalho, Ano 6, n. 2.

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



do ponto de vista da classe trabalhadora, cuja principal orientação é o predomínio do negociado sobre o legislado em matéria de direitos trabalhistas.

Nesse contexto, em 2017, em que pese o crescimento do PIB, estimado, segundo o Boletim Focus (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017), em 1,0% e 2,7%, respectivamente, no Brasil e no Maranhão, e embora os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) trimestral apontassem um movimento de queda na taxa de desocupação no segundo e no terceiro trimestre de 2017, na média do ano, a taxa ainda permaneceu elevada alcançando o maior nível da série iniciada em 2012, saltando de 8,5%, em 2015, para 13,1% em 2017, no Brasil, e de 8,6% para 14,6%, no Maranhão, no mesmo período. (LIMA; MORAES; SILVA, 2018).

Ademais, a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, e sua posse como Presidente da República, em 2019, representou o aprofundamento, no Brasil, de tendências ultraconservadoras e ultraliberais que passaram a pôr em xeque importantes conquistas civilizatórias da sociedade brasileira em todos os campos das políticas públicas.

Foi nesse cenário que, para completar o conjunto de mudanças regressivas no marco regulatório do trabalho, foi aprovada no Congresso uma proposta de reforma da Previdência que representa um ataque a importantes direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora.

Nesse contexto de avanço do conservadorismo nas políticas públicas, de ataque aos direitos sociais e de crescente insegurança do trabalho o Brasil e, particularmente o Maranhão enfrentaram os efeitos nefastos da pandemia da COVID 19 sobre um mercado de trabalho já com fortes tendências de desestruturação.

Segundo Silva, 2021, de fato, a pandemia implicou em impactos profundos no mercado de trabalho, afetando principalmente os trabalhadores com menor proteção social. No Maranhão, os efeitos foram particularmente significativos, não somente em função da queda sem precedentes da população ocupada e da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

população economicamente ativa, mas também pelo fato de que, diferentemente de recessões anteriores, desta vez os trabalhadores informais foram os mais atingidos.

Ainda conforme Silva, 2021, com base nos dados da PNAD Contínua divulgada pelo IBGE, pode-se observar que a taxa de desocupação no Maranhão se estabeleceu em 14,5% no 4º trimestre de 2020, apresentando trajetória de queda em relação aos outros três trimestres do ano e fechando em alta de 2,4 pontos percentuais (p.p) no comparativo interanual. No terceiro trimestre, o indicador estava em 16,8%, maior percentual da série histórica iniciada em 2012. Por sua vez, no país, a taxa avançou 2,9 p.p, tendo como referência o mesmo período do ano anterior, e recuou 0,7 p.p em relação ao terceiro trimestre, alcançando, assim, 13,9% de desocupados em relação à força de trabalho. Mesmo diante da queda no trimestre que encerra o ano, as taxas médias de desocupados para o ano de 2020, apresentadas tanto pelo Maranhão quanto pelo Brasil, se estabeleceram em patamar máximo histórico.

Apesar de indicar uma aparente retomada da ocupação, a taxa de desocupação não é o indicador que melhor reflete a evolução do trabalho durante a pandemia. Isso porque considera desocupados apenas aqueles que estão a procura de trabalho e na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2020, o total de pessoas desalentadas cresceu 19,1% no Brasil (+913 mil pessoas) e 14,1% no Maranhão (+83 mil pessoas). De acordo com a Pnad Covid/IBGE, o total de maranhenses não ocupados que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade chegou a 1,07 milhão em maio, contingente 24,4% superior ao que seria apontado seis meses mais tarde, em novembro do mesmo ano. Isso explica por que a taxa de desocupação do estado permaneceu estável no momento mais grave da crise sanitária. Caso a força de trabalho potencial fosse considerada, o Maranhão encerraria o ano com uma taxa real<sup>15</sup> de desocupação de 36,7%, enquanto o país atingiria o percentual de 22,7% no

<sup>15</sup> Taxa combinada de desocupação somada a força de trabalho potencial em relação a força de trabalho ampliada.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

indicador de desemprego real. (IDEM)

Segundo Lima; Santos; Costa; Silva; Silva, 2023, informações mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, apontam para uma melhora no mercado de trabalho brasileiro e maranhense após os resultados negativos de 2020, causados pela crise pandêmica. Essa performance pode ser observada analisando-se a evolução da taxa de desocupação. De acordo com a PNAD Contínua (2022), no terceiro trimestre de 2022, a taxa de desocupação foi de 8,7%, em todo o território nacional, e de 9,7%, no Maranhão, ocorrendo quedas expressivas no comparativo interanual, assinalando um melhor resultado comparado ao período pré-pandemia, quando as taxas estavam acima de dois dígitos. No caso do Maranhão, especificamente, foi a menor proporção de desocupados desde o quarto trimestre de 2015 (8,4%).

Ainda conforme os mesmos autores, enquanto no Maranhão o total de ocupados avançou 10,5% durante todo o período analisado (2019-2022), no país o crescimento foi de 2,3%. O fato de a população ocupada ter alcançado seus níveis pré-pandemia sugere um retorno amplo dos indivíduos que estavam fora da força de trabalho por conta das restrições de circulação.

No que se refere ao percentual de pessoas desalentadas em relação a força de trabalho ampliada, observa-se que o indicador também retomou aos números pré-pandemia. A desocupação por desalento atingiu seu pico durante 2020 e passou a apresentar trajetória descendente, iniciando o ano de 2022 com taxa de 4,1% no Brasil e de 15,8% no Maranhão, percentuais similares aos observados no mesmo trimestre de 2018 e 2019. Todavia, ainda que a trajetória esteja em declínio, o desalento alcança 4,3 milhões de brasileiros e 437 mil maranhenses. (IDEM)

O mercado de trabalho brasileiro e, sobretudo, o maranhense é conformado por grande número de trabalhadores que atuam na informalidade, realizando diversas atividades de trabalho com o propósito de conseguir alguma remuneração, configuradas como subocupação. Aponta-se que a redução da taxa de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

desocupação vem sendo impulsionada por esse tipo de ocupação. (IDEM)

Nesse contexto de alta precarização e desocupação, o trabalho em plataformas digitais aparece como uma “oportunidade”. O trabalho mediado por plataformas - denominado de plataformização do trabalho - encontra as condições concretas para o seu êxito na chamada população excedente ou, em outras palavras, no chamado exército industrial de reserva (MARX, 2013) intensificado diante do cenário laboral assolador causado pela crise pandêmica e se tornando tendência de reorganização tecnológica do trabalho na retomada econômica, que traz novas formas de controle, gerenciamento e subordinação. (IDEM)

De acordo com Lima; Santos; Costa; Silva; Silva, 2023, os dados apontam para uma intensificação desse tipo de vínculo. No 3º trimestre de 2022, o total de entregadores por conta própria sem CNPJ foi de 275.129 no Brasil e de 2.260 no Maranhão, segundo informações disponibilizadas pelos microdados da PNAD Contínua. Ressalta-se que entre 2022 e 2019, houve uma intensificação do trabalho de entregadores via delivery, os quais apresentaram alta de 159% no Brasil e de 105% no Maranhão. Considerando esse mesmo período, os motoristas de aplicativo registraram queda de 8% no Brasil e 14% no Maranhão, devido à baixa circulação de pessoas no período. Todavia, esse contingente alcança atualmente um total de 1.066.581 e de 35.817 ocupados, no Brasil e no Maranhão, respectivamente.

Os mesmos autores alertam os avanços advindos com a internet e as plataformas digitais permitem alterações drásticas nas empresas e nas relações de trabalho, implicando em um processo de precarização caracterizada pela pregação deturpada do chamado “empreendedorismo”. A lógica da reestruturação que une financeirização, racionalidade neoliberal e plataformização (GROHMANN, 2020) conta com a destruição de empregos, força de trabalho abundante e desregulamentação nacional dos direitos dos trabalhadores. A precarização se dá mediante um rebaixamento no nível das condições dos trabalhadores, cujos vínculos são considerados serviços pelas empresas de plataforma.

PROMOÇÃO



APOIO



## 4. CONCLUSÃO

Neste texto, procurou-se realizar um balanço das principais tendências identificadas na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho maranhense vis a vis o brasileiro a partir dos anos 2000.

No que se refere às principais tendências identificadas no mercado de trabalho maranhense em comparação ao brasileiro, cabe destacar, em termos de estrutura, a significativa desvantagem do Estado do Maranhão se comparado ao conjunto do Brasil no que se refere ao indicador aqui analisado. Com efeito, além da menor sensibilidade da taxa de ocupação face ao crescimento do PIB, justificada pela deficiente diversificação da sua estrutura produtiva, o Estado ostenta um índice de formalização das relações de trabalho que mal se aproxima da metade da média brasileira.

Enfim, em termos de dinâmica de comportamento no período em análise, percebe-se que, após significativos avanços experimentados pelo mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão, sobretudo na primeira década de 2000, expressos sobretudo na queda da taxa de desocupação, em uma conjuntura de aprofundamento da crise política e econômica, de ajuste fiscal e de crise sanitária assistiu-se a uma deterioração de todos esses indicadores, mostrando-se mais nítida a partir de 2015 e manifestando-se com maior intensidade no plano estadual. E, embora se tenha observado uma elevação do número de ocupados ao longo de 2017, esse processo foi marcado pelo aumento da precarização do trabalho, sobretudo no Brasil, em um contexto de entrada em vigor da reforma trabalhista. Ademais, vale ressaltar o fato de a recuperação econômica ter se mostrado lenta, gradual e instável, tendo sido interrompida pelos impactos econômicos negativos advindos das medidas de restrição impostas pela Pandemia da Covid-19 com efeitos deletérios sobre o mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão.

### PROMOÇÃO



### APOIO



## REFERÊNCIAS

GROHMANN, Rafael (org). Os laboratórios do trabalho digital. São Paulo: Boitempo, 2021. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

HOLANDA, Felipe. M. de et al. Maranhão versus Brasil: o que apontam os dados dos Censos 2000 e 2010 e a evolução do Emprego Formal (RAIS-MTE). **Boletim do Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 2, n. 2, 2013. Disponível em: <[http://www.gaeppp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim\\_2014\\_1/em%20foco.pdf](http://www.gaeppp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2014_1/em%20foco.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

-----; ANCHIETA JÚNIOR, V. Prontos para a mudança de ciclo? O que mostram os dados desagregados recentes do mercado de trabalho brasileiro. **Boletim do Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 3, n. 2, 2014. Disponível

em: <[http://www.gaeppp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim\\_2016\\_1/foco%20-%20atual.pdf](http://www.gaeppp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2016_1/foco%20-%20atual.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

----- . **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

----- . **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios 2012**. Rio de Janeiro, 2013.

----- . **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhorendimento/pnad\\_continua/default\\_tabelas\\_uf.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhorendimento/pnad_continua/default_tabelas_uf.shtm)>. Acesso em: 30 mar. 2017.

----- . **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. Rio de Janeiro. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em abril de 2021.

----- . **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) COVID-19**. Rio de Janeiro. Disponível em <[covid19.ibge.gov.br/pnad-covid](https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid)>. Acessado em abril de 2021.

----- . **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. Rio de Janeiro, 3º Tri/2022. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br>>: Acesso em dezembro de 2022.

### PROMOÇÃO



### APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



----- **Sistema IBGE de recuperação automática.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em abril de 2021.

----- **Sistema IBGE de recuperação automática.** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em dezembro de 2022.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense.** São Luís, 2017. (Nota Conjuntura, n. 1). Disponível em <http://www.imesc.ma.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2017

LIMA, Valéria F. S. de Almada; HOLANDA, Felipe M. de; NASCIMENTO, Talita de Sousa. Evolução do mercado de trabalho no Maranhão: 2002 a 2011. **Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís**, ano 1, n. 1, 2012. Disponível em: <[http://www.gaep.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim\\_2013\\_1/em%20foco%20boletim%20zero.pdf](http://www.gaep.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2013_1/em%20foco%20boletim%20zero.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

-----; HOLANDA, Felipe M. de. Mercado de trabalho no Maranhão: o que apontam os dados da PNAD de 2012? **Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís**, ano 2, n. 4, 2013. Disponível em: <[http://www.gaep.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim\\_2015\\_1/em%20foco.pdf](http://www.gaep.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2015_1/em%20foco.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

----- et al. O que mostraram os dados da PNAD 2013: taxa de desocupação e rendimentos do trabalho no Maranhão versus Brasil. **Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís**, ano 4, n. 1, 2015. Disponível em: <[http://www.gaep.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim\\_ano2015\\_n.1/em%20foco%20-%20atual.pdf](http://www.gaep.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_ano2015_n.1/em%20foco%20-%20atual.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

-----; ANCHIETA JÚNIOR, V.; SOUSA, R. M. de. Rebatimentos da recessão no mercado de trabalho e mudanças regressivas no marco regulatório. **Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís**, ano 4, n. 3, 2015. Disponível em: <[http://www.gaep.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim\\_ano\\_4\\_n\\_3/em%20oco.pdf](http://www.gaep.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_ano_4_n_3/em%20oco.pdf)>. Acesso em: 4 ago. 2015.

-----; MORAES, G. B. P. Crise e mercado de trabalho no Maranhão x Brasil: o que apontam os últimos dados do CAGED e da PNAD-Contínua? **Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís**, ano 5, n. 2, 2016. Disponível em: <[http://www.gaep.ufma.br/boletim/index.php?option=com\\_content&view=frontpage&Itemid=75](http://www.gaep.ufma.br/boletim/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=75)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

-----; MORAES, G. B. P.; SILVA, R. T. C. A atual conjuntura de aprofundamento da precarização do trabalho no Brasil e no Maranhão e as recentes medidas de

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

flexibilização das relações de trabalho. **Boletim do Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 6, n. 2, 2017. Disponível

em: <[http://www.gaeppp.ufma.br/boletim/index.php?option=com\\_content&view=frontpage&Itemid=79](http://www.gaeppp.ufma.br/boletim/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=79)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

----- Os rebatimentos do atual desempenho da economia sobre o mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão. **Boletim do Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 7, n. 1, p. 1-5, fev. 2018. ISSN 2357-8882. Disponível em: <[http://www.gaeppp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim\\_ano\\_7\\_n\\_1/em%20ooco.pdf](http://www.gaeppp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_ano_7_n_1/em%20ooco.pdf)>.

----- SANTOS, Clea Nathanny Fonseca dos; COSTA, Mirian Carvalho da; SILVA, Rafael Thalysson Costa; SILVA, Raphael Bruno Bezerra. A trajetória do mercado de trabalho no contexto pandêmico e a intensificação da plataformização das relações de trabalho. **Boletim do Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 12, n.2, 2023. Disponível em:

<http://www.gaeppp.ufma.br/site/index.php/boletim-do-observatorio/301-boletim-periodico-ano-12-2023-n-2>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MARX, Karl. O capital. v. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

RAICHELIS, Raquel; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. O trabalho da equipe de profissionais do Bolsa Família. In SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord). **O Bolsa Família: Verso e Reverso**. Campinas: Papel Social, 2016. p. 129-143.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. A realidade e as contradições sociais no Maranhão. In: ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA, 1., São Luís, 2019. **Anais [...]** São Luís, 2019. Mimeo.

SILVA, Raphael Bruno Bezerra. Comportamento do mercado de trabalho em meio à pandemia da COVID-19: Maranhão versus Brasil. **Boletim do Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 10, n.2, 2021. Disponível em: [http://www.gaeppp.ufma.br/boletim/images/boletim/ano-10-numero-2/Em\\_Foco\\_2021.pdf](http://www.gaeppp.ufma.br/boletim/images/boletim/ano-10-numero-2/Em_Foco_2021.pdf). Acesso em 12 jun. 2023

PROMOÇÃO



APOIO

